

Nós ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE INDIOS, SERINGUEIROS, TRABALHADORES E PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA, temos a informação que várias entidades que nos representam, participaram e apoiam a proposta do Governo do Estado de Rondônia expressa no Plano Agropecuário e Florestal-PLANAFLORO, atualmente em negociação com o Banco Mundial.

As entidades citadas em documento do Banco Mundial simplesmente não existem, são elas: Associação de Seringueiros do Vale do Guaporé, Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Rondônia, Sindicato de Seringueiros de Guajará Mirim, Sindicato de Produtores Rurais de Rondônia e Associação das Nações Indígenas de Rondônia.

Gostaríamos de salientar que as Reservas Extrativistas, Áreas Indígenas, Reservas Biológicas e Floresta Nacional de Rondônia estão comprometidas pela omissão e, em determinados casos, participação de representantes do poder público em ações que favorecem a degradação ou inviabilização dessas áreas.

Não participamos, nem tão pouco fomos consultados para a elaboração do PLANAFLORO, como prova disso listamos os seguintes fatos, que colocam em dúvida a viabilidade do mesmo:

A) Sobre as Reservas Extrativistas (zona 4)

1. O projeto de assentamento extrativista do rio Ouro Preto estará inviabilizado se obedecer a demarcação proposta pelo Instituto de Terras de Rondônia-ITERON, que não respeitou a área ocupada pelos seringueiros, limitando-a a um ecossistema de várzea, numa distância média de 2 a 5 Km das margens do rio. Este fato impossibilitará a coleta de castanha, a agricultura de subsistência, a criação de animais domésticos e a vida de determinadas espécies da fauna.

2. Na área da reserva extrativista do Jaci e Mutum Paranã, foi implantado um projeto de assentamento pelo INCRA (PA Buriti), e aberto uma estrada que atravessa o rio Candeias. Nesta mesma reserva, nos limites da área indígena Uru-eu-wau-wau fica a BR 421 que foi interrompida oficialmente, mas está sendo aberta por empresas madeireiras.

3. Dentro da floresta estadual com fins extrativista do rio Preto e Jacundá, está sendo aberto uma estrada que facilitará a invasão da área por especuladores fundiários e madeireiros, posto que, ligará o PA Machadinho a Tabajara. A justificativa do Governo que os seringueiros são a favor da estrada esconde a desassistência que há pela Companhia de Navegação de Rondônia no transporte para Tabajara, que somente é assistida por um barco (capacidade para 60 pessoas) de quinze em quinze dias, para uma região com mais de 1.000 habitantes.

4. Rio Cautário - esta área extrativista corre o risco de ser rapidamente destruída, pela demora de sua demarcação, já que está sendo invadida pela frente de colonização da BR 429, que fica paralela e próxima ao rio. As invasões estão acontecendo com a conivência do INCRA/RO, que tem gerado expectativa de regularização de posses.

Há também uma proposta de criação de uma floresta estadual de rendimento sustentado, na parte superior e na margem esquerda do rio Cautário, exatamente onde estão localizadas a maioria das colocações de seringueiros.

Finalmente a localização de área militar do exército (Decreto Federal 97 596 de março/89), na margem direita do rio Cautário, ignorou a presença de seringueiros que ali vivem a dezenas de anos, bem como desconsiderou o zoneamento sócio, econômico e ecológico.

Ainda nessa reserva está crescendo um garimpo de ouro, pernicioso ao equilíbrio sócio-ambiental da região.

B) Sobre as Áreas Indígenas e Unidades de Conservação.

Os grandes problemas nessas áreas poderiam ser evitados se o poder público tivesse interesse real em protegê-las. Os fatos abaixo relacionados demonstram, que a atual política posta em prática trará consequências graves aos povos indígenas e ao meio ambiente:

1. Recentemente o governo revogou o decreto que determinava a demarcação das terras do povo Uru-Eu-Wau-Wau, com o intuito de posteriormente reduzir drasticamente os seus limites.

2. Invasão e venda de madeiras, a nível predatório, de áreas indígenas, no Estado de Rondônia.

3. Invasão da Reserva Biológica do Guaporé, com a participação do INCRA E IBAMA estadual.

Diante desses fatos vimos a público repudiar o uso indevido das entidades representativas de índios, seringueiros, trabalhadores e produtores rurais, para obtenção de recursos que sabemos, com esses métodos, jamais virão beneficiar aos que lutam por um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente responsável.

Porto Velho - Rondônia, 05 de fevereiro de 1990

Conselho Nacional dos Seringueiros

União das Nações Indígenas/regional norte

METAIREILA - Organização Indígena do Povo Surui

PAMARE - Organização Indígena do Povo Cinta Larga

União das Nações Indígenas de Rondonia

Comissão Municipal de Seringueiros de Guajará Mirim

Movimento Pró-Associação dos Seringueiros do Rio Cautário

Movimento Pró-Associação dos Seringueiros do Rio Candeias

Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Ariquemes

Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Pimenta Bueno

Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mutua -Rondonia-
(ACARAM)

Cooperativa Mista Agropecuária de Cacoal - COOMAC

Federação de Agricultura de Rondonia

Sindicato Rural de Cacoal - RO

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ariquemes - RO

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaru RO

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal - RO

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rolim de Moura - RO

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná

Nós entidades reunidas em Rio Branco, no período de 06 a 09.02.90, recebemos informações que várias entidades representativas de índios e seringueiros estariam participando e apoiando a proposta do governo de Rondônia para o Plano Agropecuário e Florestal-PLANAFLORO, agora em negociação com o Banco Mundial.

As entidades citadas em documento do Banco Mundial simplesmente não existem, são elas: Associação dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Rondônia, Sindicato de Seringueiros de Guajará Mirim, Sindicato de Produtores Rurais de Rondônia e Associação das Nações Indígenas de Rondônia.

Gostaríamos de salientar que as reservas extrativistas, áreas indígenas, reservas biológicas e floresta nacional de Rondônia estão comprometidas pela omissão e, em determinados casos, participação de representantes do poder público em ações que favorecem a degradação ou inviabilização dessas áreas.

Afirmamos, que, setores populares representativos de índios e seringueiros do Estado de Rondônia não participaram nem tão pouco foram consultados na elaboração do PLANAFLORO, como prova disso listamos os seguintes fatos que colocam em dúvida a viabilidade do mesmo:

A) Sobre as Reservas Extrativistas (zona 4)

1. O projeto de assentamento extrativista do rio Ouro Preto estará inviabilizado se obedecer a demarcação proposta pelo Instituto de Terras de Rondônia-ITERON, que não respeitou a área ocupada pelos seringueiros, limitando-a a um ecossistema de várzea, numa distância média de 2 a 5 Km das margens do rio. Este fato impossibilitará a cultura de castanha, a agricultura de subsistência, a criação de animais domésticos e a vida de determinadas espécies da fauna.

2. Na área da reserva extrativista do Jaci e Mutum Paraná, foi implantado um projeto de assentamento pelo INCRA (PA Buriti), e aberto uma estrada que atravessa o rio Candeias. Nesta mesma reserva, nos limites da área indígena Uru-eu-wau-wau fica a BR 421 que foi interrompida oficialmente, mas está sendo aberta por empresas madeireiras.

3. Dentro da floresta estadual com fins extrativista do rio Preto e Jacundã, está sendo aberto uma estrada que facilitará a invasão da área por especuladores fundiários e madeireiros, posto que, ligará o PA Machadinho a Tabajara. A justificativa do Governo que os seringueiros são a favor da estrada esconde a desassistência que há pela Companhia de Navegação de Rondônia no transporte para Tabajara, que somente é assistida por um barco (capacidade para 60 pessoas) de quinze em quinze dias, para uma região com mais de 1.000 habitantes.

4. Foz de Cautário - esta área extrativista corre o risco de ser rapidamente destruída, pela demora de sua demarcação, já que está sendo invadida pela frente de colonização da BR 429, que fica paralela e próxima ao rio. As invasões estão acontecendo com a conivência do INCRA Fl. que tem gerado expectativa de regularização de posses.

Há também uma proposta de criação de uma floresta estadual de rendimento sustentado, na parte superior e na margem esquerda do rio Cautário, exatamente onde estão localizadas a maioria das colocações de seringueiros.

Finalmente a localização de área militar do exército (Decreto Federal 97 596 de março/89), na margem direita do rio Cautário, ignorou a presença de seringueiros que ali vivem a dezenas de anos, bem como desconsiderou o zoneamento sócio, econômico e ecológico.

Ainda nessa reserva está crescendo um garimpo de ouro, pernicioso ao equilíbrio sócio-ambiental da região.

B) Sobre as Áreas Indígenas e Unidades de Conservação.

Os grandes problemas nessas áreas poderiam ser evitados se o poder público tivesse interesse real em protegê-las. Os fatos abaixo relacionados demonstram, que a atual política posta em prática trará consequências graves aos povos indígenas e ao meio ambiente:

1. Recentemente o governo revogou o decreto que determinava a demarcação das terras do povo Uru-Eu-Wau-Wau, com o intuito de posteriormente reduzir drasticamente os seus limites.
2. Invasão e venda de madeiras, a nível predatório, de áreas indígenas, no Estado de Rondônia.
3. Invasão da Reserva Biológica do Guaporé, com a participação do INCRA E IBAMA estadual.

Diante desses fatos vimos a público repudiar o uso indevido das entidades representativas de índios, seringueiros, trabalhadores e produtores rurais, para obtenção de recursos que sabemos, com esses métodos, jamais virão beneficiar aos que lutam por um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente responsável.

Dr. Bruno, 09 de fevereiro de 1930

Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS

União das Nações Indígenas/regional norte -UNI Norte AC

Organização Padre Anchieta - OPAN

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Comissão Pró-Índio Acre - CPI AC

Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia - IPHAE RO

Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - IAMA

Instituto de Estudos Amazônicos - IEA

Ação Ecológica Vale do Guapore - ECOPORE

Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA

Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri